



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL

PR-PA-000XXXXX/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO: XX/2026

PGEA Nº 1.23.000.000XXX/2026-XX

A **União**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na rua Domingos Marreiros, nº 690, bairro Umarizal, Belém, CEP 66.055-215 inscrito(a) no CNPJ/ME sob o nº 26.989.715/0019-31, neste ato representado pelo Secretário Estadual, **RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, matrícula nº. 22.510, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria nº 171**, de 30 de maio de 2022, do **PROCURADOR-CHEFE** da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, e pelo **art. 41, IX, do Regimento Interno do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aprovado pela **Portaria n.º 382**, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025**, derivado do Pregão Eletrônico **XXX** objeto do processo **XXX**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) pessoa(s) jurídica(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital e no Termo de Referência que instruíram o processo licitatório acima mencionado, sujeitando-se as partes às normas constantes da **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**; da **[PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#)**. (Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito do Ministério Público da União.) e das demais normas e regulamentos correlatos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores novos (zero quilômetro), sem condutor, incluindo a gestão integral da frota com manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, carro reserva e limpeza, para atender às necessidades de deslocamento finalístico e administrativo do Ministério Público Federal no Estado do Pará,

conforme abaixo discriminado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência que embasou a presente contratação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR/BENEFICIÁRIO:

2.1. Dados do fornecedor/beneficiário:

Razão Social: XXX

CNPJ: XXX

Endereço: XXX

Telefone: XXX

E-mail: XXX

Representante legal: XXX

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES/DESCRIÇÕES, DA LOCALIZAÇÃO, DO QUANTITATIVO E DOS PREÇOS:

3.1. As especificações/descrições estão detalhadas no Termo de Referência que é parte integrante desta ARP e que norteia o presente registro de preços.

3.2. A localização, o quantitativo e os preços para eventual contratação são os constantes das tabelas a seguir:

3.2.1. Órgão Gerenciador: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/PA	Belém/PA	2	xxxx	xxxxx
2	PRM Santarém	Santarém/PA	2	xxxx	xxxxx
3	PRM Marabá	Marabá/PA	1	xxxx	xxxxx
4	PRM Altamira	Altamira/PA	1	xxxx	xxxxx
Totais			6	xxxx	xxxx

3.2.2. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA - PR/RO:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B)
------	------------------------	--------------	-------------------------------	-----------------------	------------------------

					(C)
1	PR/RO	Porto Velho/RO	2	xxxx	xxxxx
2	PRM Ji-Paraná	Ji-Paraná/RO	1	xxxx	xxxxx
Totais			3	xxxx	xxxx

3.2.3. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO - PR/MT:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/MT	Cuiabá/MT	2	xxxx	xxxxx
2	PRM Cáceres	Cáceres/MT	1	xxxx	xxxxx
3	PRM Barra do Garças	Barra do Garças/MT	1	xxxx	xxxxx
4	PRM Rondonópolis	Rondonópolis/MT	1	xxxx	xxxxx
5	PRM Sinop	Sinop/MT	1	xxxx	xxxxx
Totais			6	xxxx	xxxx

3.2.4. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ - PR/AP:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/AP	Macapá/AP	2	xxxx	xxxxx
Total			2	xxxx	xxxx

3.2.5. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA - PR/RR:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/RR	Boa Vista/RR	2	xxxx	xxxxx

Total	2	xxxx	xxxx
--------------	----------	-------------	-------------

3.2.6. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO - PR/MA:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/MA	São Luiz/MA	1	xxxx	xxxxx
2	PRM Imperatriz	Imperatriz/MA	1	xxxx	xxxxx
3	PRM Caxias	Caxias/MA	1	xxxx	xxxxx
Total			3	xxxx	xxxx

3.3. Os veículos deverão ser entregues nas sedes das Unidade Administrativas, conforme endereço abaixo:

3.3.1. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA, situada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro do Umarizal - CEP 66-055-215 – Belém/PA – Telefone: (91) 3299-0111.

3.3.2. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA, situada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 915 – Interventoria – Santarém/PA – CEP: 68.908-198. Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855.

3.3.3. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, situada na Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA - CEP 68.502-700 - Telefone: (94) 3312-1500.

3.3.4. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222, Telefone: (93) 3515-2526.

3.3.5. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA - PR/RO: Rua José Camacho, 3307, Bairro Embratel; CEP: 76820-886; Telefone: (69) 3216-0500.

3.3.6. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - Av. Clóvis Arraes, 1415, Bairro Urupá; (69) 3411-2400.

3.3.7. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO - PR/MT: Avenida Miguel Sutil, nº 1.120 (Esquina com a Rua J. Márcio / Nestelaus Devuisky); Bairro: Jardim Primavera; CEP: 78030-

010; Telefone Geral: (65) 3612-5000.

3.3.8. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES: Rua General Osório, 1373 – Centro.

3.3.9. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS: Rua Mato Grosso, 311 - Centro.

3.3.10. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS: Rua Arnaldo Estevão de Figueiredo, 663 - Centro.

3.3.11. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SINOP: Avenida das Figueiras, 1142 - Setor Comercial.

3.3.12. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ – PR/AP: Avenida Ernestino Borges, nº 535; Bairro: Centro; CEP: 68908-198; Telefone Geral: (96) 3213-7800.

3.3.13. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA – PR/RR: Rua General Penha Brasil, nº 1255; Bairro: São Francisco; CEP: 69305-130; Telefone Geral: (95) 3198-2000.

3.3.14. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO – PR/MA: Avenida Senador Vitorino Freire, nº 52; Bairro: Areinha; CEP: 65030-015; Telefone Geral: (98) 3213-7100.

3.3.15. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ: Avenida Tapajós, s/n, Anexo 1 - Parque das Nações.

3.3.16. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS: Avenida Norte Sul, Lote 03 - Cidade Judiciária.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO

4.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 9º, inciso IX, da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#), c/c o Art. 84 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)).

4.2. Eventual contratação decorrente desta ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Eventual contratação com os fornecedores registrados nesta ARP será formalizada pelo ÓRGÃO GESTOR ou pelo ÓRGÃO PARTICIPE, por intermédio de Termo de Contrato, conforme minuta integrante do Edital correspondente.

4.4. O Termo de Contrato deverá ser assinado no prazo de validade desta ARP.

4.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. Não será permitida a Adesão de órgãos não participantes da licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO DE RESERVA:

6.1. Faz parte desta ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2. Mantiverem sua proposta original.

6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo beneficiário desta ata.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata

tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1. As regras para cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados na presente ata serão aquelas estabelecidas nos arts. 25 e 26 da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#).

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital correspondente e, se for o caso, no Termo de Referência que o integra.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, injustificadamente, após terem assinado a Ata.

9.2. É da competência do Órgão Gerenciador aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF (Art. 5º, inc. XIV, da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#)).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor/beneficiário registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Termo de Referência e/ou na minuta do Termo de Contrato.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Belém/PA, data da assinatura digital.

RENATO TABOSA KOCH COUTINHO

Secretário Estadual da PR/PA

Órgão Gerenciador

Assinatura eletrônica

XXXXXXXXXX

Representante da Fornecedora/Beneficiária

Assinatura eletrônica